União Médica | Relatório de Administração

Relatório de Administração

União Médica Planos de Saúde S/A.(CNPJ 04.745.753/0001-87)
Exercício de 2022

Introdução

O ano de 2022 foi um ano repleto de desafios para a União Médica, principalmente em virtude do aumento da frequência de utilização de seus serviços. Esse aumento na utilização foi consequência do represamento no período da pandemia de COVID-19, que afetou fortemente o setor de saúde em todo o mundo. Com a retomada gradual das atividades econômicas e a reabertura dos estabelecimentos de saúde, a União Médica registrou, além expressivo aumento na demanda por seus serviços, o que exige da empresa uma maior adaptação e ajustes em sua estrutura para garantir o atendimento adequado aos seus clientes. Apesar dos desafios enfrentados, a União Médica se manteve como uma das principais líderes no mercado de planos de saúde na Bahia. Além disso, a empresa também expandiu sua abrangência para outros estados do Nordeste, como Sergipe, buscando ampliar sua rede de atendimento e oferecer serviços de qualidade a um número maior de pessoas. Um ponto de destaque que merece ser mencionado é o investimento em tecnologia e inovação realizado pela empresa ao longo do ano. Essa estratégia tem sido fundamental para a União Médica se manter competitiva e oferecer uma maior transparência e eficiência na tomada de decisões. Com a implantação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, a União Médica reforçou seu compromisso com a ética, a integridade e a transparência na gestão de seus negócios, consolidando sua posição como uma das principais operadoras de planos de saúde da Bahia. **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência no resultado do exercício:** A União Médica obteve um crescimento significativo em receita no período anterior, mesmo diante do desafio representado pela retomada da utilização represada em decorrência da pandemia de COVID-19. Esse resultado foi influenciado por uma série de fatores que impactaram positivamente a performance da empresa no período. Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da receita, pode-se destacar:
• Redução significativa do represamento de despesas administrativas: Em 2021, as despesas administrativas consumiram 12,3% da receita de planos de saúde da empresa, enquanto em 2022 esse índice caiu para 7,4%. Essa redução foi fundamental para o crescimento da receita líquida, que permitiu uma maior produtividade e um menor custo.
• Ajuste contábil contraído dos fundos e aplicações financeiras: Em 2022, a taxa Selic encerrou em patamares significativamente mais altos do que os registrados em 2021. Essa alta da taxa básica de juros contribuiu para um aumento na receita financeira da empresa, que saltou de R$ 2,4 milhões em 2021 para R$ 4,8 milhões em 2022.
• Redução do custo de aquisição e manutenção de clientes: A empresa obteve uma redução expressiva nas despesas com comercialização em 2022, passando de 5,8% da receita em 2021 para 4,4% no período atual. Essa redução foi fundamental para o crescimento da receita líquida, pois permitiu que a empresa obtivesse um maior retorno sobre o investimento realizado em seus clientes.
Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte - A União Médica tem como objetivo consolidar ainda mais sua posição de destaque no mercado de planos de saúde na região, por meio de investimentos estratégicos que ampliem a sua rede própria de atendimento. Para o próximo exercício, a empresa tem como meta ampliar sua rede própria de atendimento, com o objetivo de oferecer mais opções de atendimento aos seus clientes. Além disso, a empresa também pretende investir em tecnologia e inovação, como a implementação de ferramentas de atendimento automatizado e a melhoria do aplicativo União Médica, proporcionando uma experiência ainda melhor para seus clientes. Outro ponto mais importante da estratégia da empresa diz respeito aos seus processos internos, com foco na redução de custos e na melhoria da eficiência operacional. A União Médica também pretende fortalecer a gestão de pessoas, por meio de programas de capacitação e desenvolvimento dos colaboradores, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento prestado aos clientes. Por fim, a empresa também pretende ampliar a oferta de serviços de saúde, como a abertura de novos planos odontológicos, e fortalecer a estrutura organizacional, por meio das melhores práticas de gestão, como o acompanhamento mensal do orçamento, o controle por centros de custo, o planejamento estratégico por meio da metodologia Balanced ScoreCard e a avaliação de desempenho de colaboradores. **Política de destinação de lucros** - A União Médica está em conformidade com a Lei 6.404 em relação à política de distribuição de lucros. No entanto, no exercício de 2022, a empresa optou por não distribuir lucros aos acionistas, priorizando o reinvestimento de todo o lucro líquido obtido na operação da empresa. **Recomprações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto** - No exercício de 2022, a União Médica não realizou recomprações societárias ou alterações de controle direto ou indireto. **Políticas de Governança** - A União Médica possui uma estrutura de governança corporativa bem definida. Nessa estrutura, destacam-se:
• Estabelecimento de um conselho de administração e conselho fiscal, composto por membros indicados pelos acionistas.
• Definição dos procedimentos para a eleição dos membros do conselho de administração e para a deliberação dos assuntos de competência da assembleia geral de acionistas, garantindo a transparência e a participação dos acionistas nas decisões da empresa.
O Conselho de Administração da empresa é composto por seis membros, incluindo um presidente e seis conselheiros, todos eleitos em assembleia geral de acionistas, responsável por definir as estratégias de longo prazo da empresa, bem como por fiscalizar a gestão executiva. Por sua vez, o Conselho Fiscal é composto por três membros, eleitos pelos acionistas em assembleia geral, com a função de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras da empresa. **Conclusão** - No exercício de 2022, a União Médica Planos de Saúde S/A obteve resultados expressivos, com crescimento de 20% na receita de planos de saúde aliado a melhora na qualidade dos serviços prestados. A empresa investiu em tecnologia, ampliando o aplicativo da União Médica, contribuiu para a redução do represamento de atendimentos e ampliou a capacidade de seus serviços de atendimento, além de aprimorar seus processos internos e adotar melhores práticas de contenção de custos. Para o próximo período, a empresa tem como objetivo consolidar sua posição no mercado de planos de saúde, ampliando sua rede de atendimento e investir em tecnologia e inovação, mantendo sempre o foco na qualidade dos serviços prestados aos clientes. A União Médica continuará aprimorando suas gestão de pessoas, fortalecendo a governança corporativa e investindo em programas de promoção e prevenção à saúde.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIÃO MÉDICA PLANOS DE SAÚDE S/A** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIÃO MÉDICA PLANOS DE SAÚDE S/A** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Pronunciamentos Profissionais emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC no exercício de suas responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão sobre o mesmo.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido materialmente. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realística para evitar o encerramento das suas operações.
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nessas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Também:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamento procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais ser manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de divulgação adequada.
Nós nos comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2023.

WALTER HELER - WH AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ/MF 07.690.172/0001-00
CRC-PR 2.140.302/O-0-M

LUIZ ALBERTO NAVA SALAZAR
Responsável técnico
CONTADOR CRC - RJ – CSA/8600

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (VALORES EM R$ 1)

Ativo	Nota	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Ativo Circulante		**45.864.446**	**37.208.600**
Disponível	4	**834.797**	**662.967**
Realizável		**40.029.689**	**36.546.633**
Aplicações Financeiras	5	38.688.679	26.993.712
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		25.828.105	20.275.099
Aplicações Livres		12.860.574	6.718.613
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	2.961.826	3.585.862
Contraprestações Pecuniárias a Receber		2.922.172	3.555.486
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		39.654	30.429
Créditos Tributários	7	1.179.752	1.167.411
Créditos Tributários a Recuperar	8	721.252	1.143.087
Bens e Títulos a Receber	9	2.341.181	2.005.521
Ativo não Circulante		**10.856.340**	**11.291.825**
Realizável a Longo Prazo		**10.886.434**	**6.099.671**
Títulos e Créditos a Receber	10	10.876.116	6.081.835
Depósitos Judiciais e Fiscais		12.318	17.836
Investimentos		**331.939**	**331.939**
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		331.939	331.939
Participação Societária		**331.939**	**331.939**
Imobilizado	11	**4.888.715**	**4.859.715**
Imóveis de Próprio		2.485.000	-
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		2.400.000	-
Imobilizado de Uso Próprio		695.166	1.384.531
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		662.790	778.216
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		317.906	696.315
Outras Imobilizações		3.237.516	3.475.184
Direito de Uso de Arrendamentos		1.017.775	-
Intangível	14		**500**
TOTAL DO ATIVO		**64.720.846**	**48.500.425**

Passivo	Nota	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Passivo Circulante		**32.136.496**	**25.464.398**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	27.336.792	21.997.338
Provisão de Prêmios / Contraprestação		5.837.784	5.026.139
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		5.837.784	5.026.139
Provisão de Eventos a Liquidar SUS		1.449.233	1.434.024
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		6.944.923	5.333.250
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		13.293.852	10.203.945
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		488.800	432.516
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		488.800	432.516
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	1.176.635	920.223
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		1.017.775	1.000.000
Débitos Diversos	17	3.122.154	2.201.271
Passivo Circulante		**4.542.024**	**1.777.882**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	1.415.397	1.137.193
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		1.415.397	1.137.193
Provisões	18	958.622	640.399
Provisões Judiciais		958.622	640.399
Débitos Diversos			2.298.005
Patrimônio Líquido		**27.042.326**	**21.258.145**
Capital Social	19a	34.970.101	32.427.210
(-) Ações em Tesouraria		(5.788)	(5.788)
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultados	19b	(7.021.987)	(11.172.977)
TOTAL DO PASSIVO		**64.720.846**	**48.500.425**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DEZEMBRO - (VALORES EM R$ 1)

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**140.040.482**	**116.495.563**
Receita com Operações de Assistência à Saúde		142.938.550	118.297.563
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		142.938.550	118.297.563
(-) Tributos Diretos de Operação de Assistência à Saúde da Operadora		(2.898.068)	(2.772.425)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		**(112.467.632)**	**(91.937.420)**
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	20	(109.497.725)	(90.027.557)
Variação de Provisões de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(2.969.907)	(1.909.761)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		**27.572.850**	**24.558.143**
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(4.607.600)	(4.454.327)
Outras Despesas de Operações de Plano de Assistência à Saúde		(34.090)	(4.250)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(3.069.028)	(2.250.750)
Provisão para Perdas sobre o Crédito		(1.604.687)	(2.204.347)
Resultado Bruto		**22.965.046**	**20.098.816**
Despesas de Comercialização		(6.109.592)	(6.488.149)
Despesas Administrativas		(10.429.829)	(14.332.29)
Resultado Financeiro Líquido		**3.254.821**	**1.316.321**
Receitas Financeiras		4.800.951	2.487.788
Despesas Financeiras		(1.546.130)	(1.171.467)
Resultado Patrimonial		**1.376.235**	**(5.343)**
Receitas Financeiras		1.384.079	-
Despesas Financeiras		(7.844)	(5.343)
Resultado antes dos Impostos e Participações		**5.560.670**	**598.423**
Imposto de Renda	19c	(1.044.853)	(66.856)
Contribuição Social	19c	(364.727)	(37.756)
RESULTADO LÍQUIDO		**4.150.990**	**461.811**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - (VALORES EM R$ 1)

	Capital Social		Ação Tesouraria	Lucros / Prejuízos Acumulados	TOTAL
	Capital Social	Capital a Integralizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**35.000.000**	**(2.562.790)**	**(5.788)**	**(11.634.788)**	**20.796.634**
Lucro líquido do Exercício				461.811	461.811
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**35.000.000**	**(2.562.790)**	**(5.788)**	**(11.172.977)**	**21.258.445**
Aumentos de Capital					-
Capital Integralizado	2.532.891				2.532.891
Lucro líquido do Exercício				4.150.990	4.150.990
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**35.000.000**	**(29.899)**	**(5.788)**	**(7.021.987)**	**27.942.326**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) EM 31 DE DEZEMBRO - (VALORES EM R$ 1)

Atividades Operacionais	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2021**
(+) Recebimento de Planos de Saúde	142.633.124	117.422.636
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	15.482.636	15.452.636
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	5.438	10.857
(+) Outros Recebimentos Operacionais	1.777.058	582.577
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(105.579.969)	(83.952.355)
(-) Pagamento de Tributos	(4.947.239)	(2.358.135)
(-) Pagamento de Pessoal	(3.356.249)	(2.942.364)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(1.485.138)	(1.530.795)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(4.134.741)	(3.575.511)
(-) Pagamento de Aluguéis	(13.702.057)	(12.629.867)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributistas)	(10.147.674)	(7.167.219)
(-) Pagamento de Juros	(1.546.130)	(452.616)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(575.735)	(706.022)
(-) Aplicações Financeiras	(17.234.050)	(15.998.593)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(2.281.715)	(1.941.968)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2.015.424**	**5.259.017**
Atividades de Investimentos		
(+) Recebimento de Venda de Investimentos	4.201.579	-
(+) Recebimento de Dividendos	128.759	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(1.472.)	(1.472)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(266.775)	(710.518)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(8.263.241)	(4.202.834)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(4.204.558)**	**(4.914.824)**
Atividades de Financiamento		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	2.532.892	-
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	23.614	9.730
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(29.611)	(6.837)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(79.994)	(88.330)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**2.450.901**	**(85.477)**
Variação Líquida do Caixa	**171.820**	**273.576**
Caixa Saldo Inicial	**662.967**	**383.391**
Caixa Saldo Final	**834.797**	**662.967**
Ativos Livres no Início do Período	**7.381.680**	**4.919.998**
Ativos Livres no Final do Período	**13.896.370**	**7.381.680**
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – Recursos Livres	**6.513.790**	**2.461.682**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.
Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A UNIÃO MÉDICA PLANOS DE SAÚDE S/A, é uma S/A fechada, de natureza privada, regida pela Lei nº 6.404/76, sediada na cidade de Feira de Santana – Ba. Suas Operadoras iniciaram em 07/08/2001, seu registro nº 41.489-1 na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar e foi transformada em S/A em junho de 2018, objetivando Operação com Planos de Saúde coletivos e individuais e como atividades secundárias, serviços médicos e auxiliares para atendimento dos seus beneficiários, promovendo serviços assistenciais médico-hospitalares e comercialização de planos privados de assistência à saúde nos termos da legislação aplicável, firmando convênio de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITAIS.
2. BASES DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (DFs): As DFs foram elaboradas em conformidade com a legislação societária e fiscal em vigor, com observâncias das NBCs e padrões da ANS, conforme novo plano de contas estabelecido pela RN nº 528 de 29 de abril de 2022, pela lei 6.404/76 e 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do CPC. As DFs do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2021, de forma a permitir a comparabilidade. A regência da Demonstração do Fluxo de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN nº 528 de 29 de abril de 2022.
a. Declaração de Conformidade: As DFs da sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC, aprovados pelo CFC e regulamentados complementar da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), e demais legislações aplicáveis.
b.Mensuração de Valor: As DFs foram preparadas com base no custo histórico.
c. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As DFs são apresentadas em moeda Real.
d.Uso de Estimativas e Julgamentos: A preparação das DFs de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da – ANS exige que a Administração faça estimativas e julgamentos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diverge dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis pela Empresa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas que apresentam risco significativo para ajuste no exercício subsequente incluem nas respectivas notas explicativas. As principais estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis pela Empresa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas que apresentam risco significativo para ajuste no exercício subsequente incluem nas respectivas notas explicativas. As principais estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.
e.Impactos Pandemia COVID-19 Em 11 de março de 2020, a OMS declarou pandemia global. Ainda em março, a União Médica elaborou e colocou em prática um plano abrangente diversas medidas preventivas relacionadas à pandemia. No exercício 2022 foi um ano melhor para a União Médica, principalmente em virtude do aumento da frequência de utilização de seus serviços. Esse aumento na utilização foi consequência do represamento no período da pandemia de COVID-19, que afetou fortemente o setor de saúde em todo o mundo. Com a retomada gradual das atividades econômicas e a reabertura dos estabelecimentos de saúde, a União Médica registrou, além expressivo aumento na demanda por seus serviços, o que exige da empresa uma maior adaptação e ajustes em sua estrutura para garantir o atendimento adequado aos seus clientes. Apesar dos desafios enfrentados, a União Médica se manteve como uma das principais líderes no mercado de planos de saúde na região de Feira de Santana, Além disso, a empresa também expandiu sua abrangência para outros estados do Nordeste, como Sergipe, buscando ampliar sua rede de atendimento e oferecer serviços de qualidade a um número maior de pessoas. Um ponto de destaque que merece ser mencionado é o investimento em tecnologia e inovação realizado pela empresa ao longo do ano. Essa estratégia tem sido fundamental para a União Médica se manter competitiva e oferecer uma maior transparência e eficiência na tomada de decisões. Com a implantação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, a União Médica reforçou seu compromisso com a ética, a integridade e a transparência na gestão de seus negócios, consolidando sua posição como uma das principais operadoras de planos de saúde da Bahia. **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência no resultado do exercício:** A União Médica obteve um crescimento significativo em receita no período anterior, mesmo diante do desafio representado pela retomada da utilização represada em decorrência da pandemia de COVID-19. Esse resultado foi influenciado por uma série de fatores que impactaram positivamente a performance da empresa no período. Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da receita, pode-se destacar:
• Redução significativa do represamento de despesas administrativas: Em 2021, as despesas administrativas consumiram 12,3% da receita de planos de saúde da empresa, enquanto em 2022 esse índice caiu para 7,4%. Essa redução foi fundamental para o crescimento da receita líquida, que permitiu uma maior produtividade e um menor custo.
• Ajuste contábil contraído dos fundos e aplicações financeiras: Em 2022, a taxa Selic encerrou em patamares significativamente mais altos do que os registrados em 2021. Essa alta da taxa básica de juros contribuiu para um aumento na receita financeira da empresa, que saltou de R$ 2,4 milhões em 2021 para R$ 4,8 milhões em 2022.
• Redução do custo de aquisição e manutenção de clientes: A empresa obteve uma redução expressiva nas despesas com comercialização em 2022, passando de 5,8% da receita em 2021 para 4,4% no período atual. Essa redução foi fundamental para o crescimento da receita líquida, pois permitiu que a empresa obtivesse um maior retorno sobre o investimento realizado em seus clientes.
f.Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita na transação. Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito não é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita na transação. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando atendem a um critério de ser realizado ou liquidado no curso do ciclo operacional da empresa. Caso o ciclo operacional da empresa seja inferior a doze meses, a empresa considera o período de doze meses para a classificação de seus ativos e passivos não circulantes. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando atendem a um critério de ser realizado ou liquidado dentro do período de doze meses subsequentes à data das demonstrações financeiras, quando se espera que a maior parte dos fluxos econômicos futuros associados a esses ativos e passivos não circulantes ocorrerão após esse período. Os ativos e passivos são classificados como não circulantes quando atendem a um critério de ser realizado ou liquidado após o período de doze meses subsequentes à data das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como não circulantes independentemente da sua expectativa de realização ou liquidação.
g. Ajuste a Valor Justo: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa do investimento expirarem e a empresa tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. Os passivos financeiros são baixados quando a obrigação especificada no respectivo contrato for paga ou extinta. Os ativos e passivos são demonstrados com base em critérios definidos na Nota Explicativa específica. Os ativos financeiros são classificados como mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras estão classificadas como: Aplicações Financeiras Garantidoras das Provisões Técnicas: nos termos da RN nº 521/2022 e posteriores alterações, as aplicações garantidoras das provisões técnicas são avaliadas pelo valor justo.
e. Critérios de Operações com Pls, de Ações, e Saúde: São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem credibilidade de mercado, e a Administração da Operadora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o seu vencimento. Os ativos financeiros são classificados no momento do seu reconhecimento inicial, e a classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros, determinada pela Administração no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são classificados como: Ativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos a custo amortizado e ativos a valor justo por meio do resultado.
f. Investimentos: A sociedade possui investimento em ações patrimoniais em outras sociedades conforme nota explicativa nº 12.
g.Imobilizado: O ativo imobilizado é constituído pelos bens e direitos utilizados pela entidade, e é registrado pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens ou no prazo que a entidade pretende permanecer com esses bens em uso, as bases mencionadas na nota explicativa nº 13. Com base nas alterações e pronunciamentos contábeis e normas específicas da atividade que exerce a Administração da Entidade, foram revisados os critérios de reconhecimento de ativos e benefícios. Através de formalização interna da sociedade, a mesma conclui pela manutenção dos mesmos prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação praticadas em exercícios anteriores.
h.Imobilizado: A União Médica Planos de Saúde S/A avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. As seções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.
O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data-(iii) custos diretos incorridos; (iv) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e estiver incluído no custo da "Imobilização". O passivo do arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontado pela taxa implícita na taxa incrementar sobre empréstimos quando essa taxa não estiver disponível e obrigação de efetuar o pagamento de arrendamento e está reconhecida na conta "Passivo de Arrendamento". Como arrendatária, a União Médica Planos de Saúde S/A reconhecerá contratos que contem arrendamentos, referentes aos alugueis de sua sede, dos seus reservatórios próprios e de máquinas e equipamentos, que têm vigência entre 2 e 10 anos. O período é reconhecimento uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa financeira do passivo de arrendamento.
i. Recuperabilidade dos Ativos: A sociedade não vem recuperável dos ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por redução do ativo, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. Em 31 de dezembro de 2022 realizamos testes em nossos ativos conforme descrito abaixo: i.1 - Caixa e Equivalente de Caixa – Todos os nossos valores estão em instituições financeiras seguras, que não demonstram significativas dificuldades financeiras e nem demonstram perdas significativas. i.2 - Valores a Receber – As Operações com Planos de Saúde e Assist. Iversen testes de redução do valor do ativo segundo as regras descritas pela ANS: através da RN nº 528 de 29 de abril de 2022, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.4. Por ñ haver valores relevantes tirou do grupo de Operações de Crédito, o Plano de Ajuste de Provisões Técnicas.
j. Provisões Técnicas De Operações De Assistência À Saúde: As provisões técnicas foram calculadas de acordo com a determinação da RN nº 393/2015 e alterações, com a RN nº 527/2022 e posteriores alterações e a IN DIOPS/ANS nº 77/2022 e posteriores alterações. Os critérios de suficiência de assistência à saúde efetivamente incorrida pela sociedade e não liberada, de forma a garantir a cobertura de toda a cobertura da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da sua forma de apresentação, processo de sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou de análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN nº 528 de 29 de abril de 2022.
Provisões Técnicas:
i. Provisão de Eventos a Liquidar, para as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médica hospitalar dos usuários de planos de saúde da operadora;
i. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA. Constituída com base nos parâmetros previstos na RN nº 393/2015 e alterações posteriores, especiais pela ANS;
i. Provisão de eventos a liquidar para o SUS, efetuadas conforme os critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
i. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS – PEONA-SUS, constituída com base nos parâmetros previstos na RN nº 476/2021 e RN 528/2022 expedida pela ANS.
i. Provisão para Insuficiência de Contribuições – PIC é o montante de insuficiências das contraprestações para a cobertura dos eventos a ocorr